



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



2

Discurso na cerimônia comemorativa dos três anos do Real

AUDITÓRIO DA CNI, BRASÍLIA, DF, 1º DE JULHO DE 1997

Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Governador Marcello Alencar; Senhor Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Fernando Bezerra; Senhores Deputados e Senadores; Senhor Coordenador da Ação Empresarial, Dr. Jorge Gerdau; Senhores Presidentes das Confederações Nacionais; Senhores empresários; Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, quero, ao agradecer a oportunidade que me deram de mais uma vez estar aqui, nesta reunião com líderes dos mais representativos das atividades econômicas do Brasil, dizer também que talvez neste ano nós estejamos num momento de maior relevo ainda do que nas vezes anteriores.

Pelas palavras que aqui foram proferidas, tanto pelo Senador Fernando Bezerra como pelo Dr. Jorge Gerdau, vê-se que, efetivamente, o Brasil tem pressa, tem a mesma pressa que tem o Presidente da Repúbli-

ca. O Brasil está unido ao redor de idéias simples, diretas, porque sabe dos problemas.

Quando aceitei estar aqui nesta manhã, foi porque achei que era oportuno, realmente, que nós, uma vez mais, com a franqueza que caracteriza as nossas relações, pudéssemos, diante do País – porque, quando falamos aqui, com tanta mídia, nós estamos falando para o País –, reafirmar os nossos compromissos e dizer que, passados três anos, nós não esmorecemos; que, pelo contrário, nós temos maior motivação ainda para enfrentar os novos desafios, porque vamos enfrentá-los a partir de um patamar de maior visibilidade quanto aos problemas e também com maior compreensão por parte da sociedade brasileira.

Foram generosas as palavras ditas pelo Dr. Fernando Bezerra ao recordar o desafio que foi assumido durante o Governo Itamar Franco, quando eu era Ministro da Fazenda, por uma equipe de brilhantes economistas, alguns dos quais continuam no Governo e outros, mesmo fora do Governo, continuam a ajudar, com suas idéias, a compreensão desses problemas. Aquele desafio que nós aceitamos nós o aceitamos porque era um imperativo nacional. Não havia mais alternativas. Ou o Brasil despertava – e despertou – para a necessidade de uma atitude firme frente à inflação, para a compreensão de que não se tratava, pura e simplesmente, de um processo técnico, tecnocrático, mas de um processo, como hoje dizia o Dr. Gerdau, político e social; ou nós seríamos tragados pela impossibilidade de aceitar o outro desafio, que está diante de nós, que é o de entrarmos numa era em que a competição se internacionalizou, se globalizou, se mundializou. E nós iríamos ser, aí, sim, excluídos, e excluídos como conjunto nacional. E, certamente, quando o conjunto nacional é excluído, os que já são, dentro desse conjunto, também postos à margem estariam ainda mais sem esperanças de algum dia serem incluídos.

Foi essa a motivação que nos levou a enfrentar o desafio da inflação. Porque não era o só o desafio da inflação, era muito mais do que isso. Era o desafio da nossa capacidade, como nação, como povo, de, efetivamente, voltarmos a acreditar em nós próprios. Acho que, hoje, nós acreditamos no Brasil, de novo, e acreditamos em cada um de nós. E

não por arrogância pessoal desse ou daquele, não porque haja tal ou qual liderança, mas porque o conjunto do País sente que há caminho e sente também e sabe que esse caminho tem de ser construído com a compreensão da sociedade. Não é um caminho que possa ser construído pela imposição de um *führer*, de alguém que se sobreponha à adversidade existente na sociedade. Não é um caminho que possa ser imposto pelo interesse do empresário, pelo interesse do sindicato, pelo interesse do partido. É um caminho que vai sendo tecido através de um diálogo, muitas vezes áspero, às vezes conflitante, mas sempre dentro da regra democrática. E isso é importante ser frisado.

Essa escolha – e não havia alternativa, as alternativas tentadas mostraram-se insuficientes, incompetentes e destrutivas para a própria sociedade brasileira –, essa escolha, esse caminho implica também uma responsabilidade compartilhada, como aqui se vê nesta manhã. E implica também a consciência de que o processo pode até ser mais longo, porque ele é democrático, mas, ao se afirmar, ele é um processo que tem maior durabilidade, porque passou pelo crivo de um debate intenso no Congresso, na mídia, na sociedade. Mobilizou. Algumas vezes ganhamos, outras vezes perdemos, mas avançamos construindo muito mais que um mercado, muito mais que um conjunto de medidas que dizem respeito à área econômica – construindo uma nação. E, hoje, o desafio que nós temos é de prosseguir na criação dessa nova sociedade, de uma nação democrática, de uma nação que combate a exclusão, como disse o Dr. Gerdau, e de uma nação que sabe que só pode continuar nessa senda se for, efetivamente, competente; e que, portanto, se qualifica para aceitar os desafios que estão aí à nossa vista, os desafios do amanhã.

Mas aos lhes dizer isso, ao reiterar e ao sentir aqui esse mesmo espírito, e é com esse espírito que nós haveremos de prosseguir, eu quero aproveitar a oportunidade também para, por intermédio deste nosso encontro, prestar contas, mais uma vez, à Nação.

O desafio que assumimos há três anos foi um desafio aceito sob certas condições – diante do ceticismo então quase generalizado –, como a de que o Brasil não poderia partir para um processo de estabilização que implicasse recessão ou concentração de renda. Não era

fácil, como não é fácil hoje, porque as decisões objetivas aí estão, e muitas delas foram aqui mencionadas. Mas hão de convir comigo, porque os dados assim o atestam, que nós seguimos à risca aquilo com que nos havíamos comprometido em 1994. Não houve recessão nem houve concentração de renda e houve controle da inflação, ainda que esse controle tenha sido feito sem as condições, como aqui foi reafirmado, completas para garantir uma estabilidade duradoura e uma taxa de crescimento realmente capaz de fazer com que o País mudasse de patamar, que vamos ter de fazer para que ele possa alcançar o conjunto da sua população, aumentando o bem-estar do conjunto da população.

Apesar dessas restrições – e os dados são claros nessa matéria, e talvez até possa dispensar-me de mencioná-los, mas são muito claros –, pela primeira vez depois de muitas décadas, as estatísticas relativas à concentração de renda mostraram que os ricos enriqueceram um pouco mais, os pobres ficaram um pouco menos pobres, mas os pobres ficaram menos pobres proporcionalmente mais depressa do que os ricos ficaram mais ricos. Uma mudança importante, porque os que conhecem a História dos povos, os que conhecem as estatísticas sabem que esse é o aspecto mais difícil de mudar em qualquer situação nacional, e nós começamos a mudar.

Os salários reais cresceram. Com respeito ao ano de 94, a massa salarial cresceu 31% ou algo por aí – 31% eu creio que é alguma coisa que vale a pena assinalar. Houve um crescimento da economia, no seu conjunto, também apreciável.

Tem-se como conseqüência a necessidade de uma alteração nas forças produtivas. Aí estão os dados de 31% na massa de rendimento real. Houve um rendimento real para o trabalhador de 21,9%, o emprego subiu 7,7%. Basta isso para dizer que o compromisso assumido foi mantido. Mas, hoje, nós não podemos nos contentar com isso, é pouco, é muito pouco o que foi feito, sobretudo no que diz respeito à expansão, tendo em vista as potencialidades do Brasil. E nós temos responsabilidade nessa matéria. Então, poderia dizer, como direi, que a taxa de desemprego aberto não cresceu, e efetivamente não cresceu. Em 92, era

5,67; hoje é de 5,42, havendo uma variação. Onde houve menor taxa de desemprego registrado foi 95, que deu 4,46%.

Posso dizer que, em comparação com outros países – os dados aí estão, também, disponíveis –, a situação de desemprego aberto no Brasil não é calamitosa. É só verificar que na Alemanha é de cerca de 10%, na Argentina, 17%; no Chile, depois de tantas transformações importantes, é de 7,2%; na Espanha já está mais baixo hoje, mas estava em 22% – isso em 96; nos Estados Unidos também 5,4%, equivalente ao nosso de hoje. Nos Estados Unidos, este ano, se comemora porque está chegando a 4,8%, 4,9%. Na França é de 12% e na Itália também.

Mas acaso nos gratifica saber que aqui a taxa de desemprego aberto é menor do que em outros países? De certa maneira, sim; mas não é suficiente. Nós ainda temos desemprego aberto – fora o subemprego, fora as situações que sei lá se a estatística capta – bastante elevado. E não nos consola. Se dou esses dados, é para mostrar que, com tantas dificuldades, conseguimos operar de modo tal que não fosse implacável o custo da estabilização, ou seja, que não houvesse a recessão, nem que os trabalhadores pagassem o preço maior dele.

Mas isso não nos é suficiente. E por que não nos é suficiente? Porque nós estamos convencidos de que é preciso continuar crescendo a economia e de que vamos precisar das reformas. Antes de falar delas – e falarei, e falarei diante do Presidente do Senado, diante do Presidente da Câmara, por terem sido, como foram os anteriores, baluartes dessa luta junto comigo –, quero lhes dar, entretanto, uma outra sensação. É de que, apesar de tudo, apesar das imensas dificuldades, nós estamos conseguindo fazer com que o Brasil outra vez tenha sentimento. E é importante o sentimento – talvez, às vezes, em certos momentos, mais do que a própria razão –, o sentimento de que o Brasil pode se transformar, de que ele é capaz de se transformar.

No início do governo, nós tivemos muitas dúvidas sobre o caminho a tomar. Hoje, nós não as temos. Hoje, posso lhes dizer que, da mesma maneira que estamos entrando numa fase mais aberta de competição, em que o mercado se abriu às importações, às exportações, com os problemas daí derivados, na balança comercial, e a nossa posição de concorrê-

cia lá fora – e voltarei mais tarde ao tema –, com todo esse desafio, nós temos um outro, que é o da integração nacional interna, do Brasil.

No passado, como eu disse ontem numa reunião em São Paulo, na CNT, falava-se muito de um projeto nacional. Hoje, diante da internacionalização, muitas pessoas pensam que isso desapareceu no horizonte, que se trata, pura e simplesmente, de um automatismo do mercado e que se trata, pura e simplesmente, de uma quase que absorção de certos setores da economia brasileira no mercado internacional. Ledo engano. Ao mesmo tempo que estamos abrindo – como já abrimos bastante a nossa economia –, em que estamos nos preparando para, mais ativamente ainda, participar da competição internacional, nós estamos, ao mesmo tempo, reorganizando as bases de uma possibilidade maior de integração deste país na sua economia, no seu mercado, mas, sobretudo, na sua sociedade, porque nós estamos atuando para diminuir as diferenças regionais, e de forma deliberada.

Apraz-me recordar, aqui, que eu, como homem de São Paulo, de que muito me orgulho, no Governo tratei de fazer com que houvesse uma dispersão, uma desconcentração industrial – não para prejudicar São Paulo, não seria eu jamais capaz de tal proeza negativa. Não. São Paulo continua crescendo. Mas, se nós tínhamos indústrias automobilísticas em São Paulo e em Minas, hoje nós temos mais ainda em São Paulo e em Minas, mas temos, também, na Bahia do Senador Antônio Carlos, temos no Rio de Janeiro do Governador Marcello Alencar, temos no Paraná, temos em Santa Catarina, temos no Rio Grande do Sul, temos em Goiás, quem sabe, no Ceará. Temos por aí a fora, já em marcha, só num programa, cerca de 25 bilhões de dólares de investimento. Temos muitos projetos já em várias áreas do Brasil. E não foi fácil, aqui há testemunhas de que não foi fácil. Foi preciso que eu utilizasse o meu poder de Presidente da República para tomar decisões, que foram mal compreendidas, às vezes, no meu Estado, às vezes no Congresso, e muito mais ainda lá fora; e que o nosso Itamaraty se transformasse, efetivamente, numa peça de integração nacional e lutasse lá fora para que mostrássemos àqueles que são nossos sócios, ou a outros que são competidores nossos, que nós estamos no caminho que é o necessário para

um país que é novo e tem potencialidades, que tem ainda muita pobreza e que precisa espalhar a riqueza – e a riqueza não se espalha só com palavras, se espalha com atos, e um dos atos é industrializar, e industrializar cada vez mais as regiões que têm potencialidade, que estavam à margem dos eixos de industrialização.

Nós estamos tomando decisões que estão fazendo, e já lhes mostrarei, com que o Brasil tenha, outra vez, um sentimento nacional, nesse sentido de que não é um país que concentra riqueza, mas é um país que é capaz, também, de viabilizar o conjunto das suas áreas. E, ao viabilizarmos o conjunto das suas áreas, nós não estamos simplesmente viabilizando a riqueza, viabilizando os empresários, as empresas, os governos estaduais, ou obras físicas: nós estamos viabilizando uma vida melhor para o povo, para aqueles que trabalham neste país ou aqueles que nem tinham ainda a possibilidade de trabalhar. E, se me permitem, para aproveitar a oportunidade de falar de coração aberto ao País, e não apenas a nós, aqui, eu lhes mostraria alguns elementos, digamos, visíveis do que tenho na mente. Vale quando digo que nós estamos fazendo um grande esforço, outra vez, para que o Brasil se sinta um país integrado e capaz de enfrentar esses desafios.

Eu disse que, no passado, se falava em projeto nacional. Imagina-se que agora, por causa das condições novas, isso desaparece. Não é verdadeiro. Só que, hoje, projeto nacional não é mais o projeto do Estado, não é o iluminado ideólogo que se senta ao lado do príncipe, ou o próprio príncipe, quando ele sabe escrever e ler, que toma uma decisão, escreve um texto e diz que o Brasil vai ser assim ou vai ser assado. Hoje é diferente. Hoje, o projeto é da Nação mesmo, é do conjunto da sociedade, é do cidadão, é de todos que estão na vida política e dos que não estão nela; é do empresário, mas é também do sindicato, é também da Igreja, é também da mídia. É do conjunto do País que nasce esse sentimento.

Os que pensam que nós não temos um projeto para o Brasil é porque estão pensando à antiga. Esperam que o Presidente da República, o dia inteiro, diga o que o Brasil vai fazer. O Brasil ganhou maturidade. O Presidente vai estar atento, sim, para cumprir aquilo que é o sentimento do País. Mas não é dele que deriva esse sentimento. Esse sentimento

deriva das bases nacionais, deriva do conjunto. E é preciso que o conjunto sinta isso. E é preciso que, aí, sim, o Estado, o Governo atue de modo a fazer com que o País, no seu todo, perceba os efeitos, os influídos desse novo momento que nós estamos vivendo.

Se me permitem, para dar-lhes uma idéia disso: nós estamos reorganizando o espaço nacional, o físico e o social, não mais ao redor de um pólo ou outro pólo que aqui ou ali exista, mas ao redor de eixos. E esses eixos têm uma sinergia. Um se liga ao outro. E, dentro de alguns anos, nós vamos ter, realmente, um país que vai sentir, no seu conjunto, na sua totalidade, que ele é forte porque ele tem condições efetivas de o seu povo participar de uma transformação, que é uma transformação que não é do Estado apenas, mas é uma transformação nacional.

Se me permitem: na Amazônia, que durante tanto tempo ficou adormecida por falta de uma ação integrada, nós temos já algumas ações muito estruturadoras. Nós, na Amazônia, estamos fazendo uma ligação que passa por Manaus, por Boa Vista, Caracaraí, até chegar lá em cima, que é aquela lista vermelha, que vai lá para cima, na direção da Venezuela: é a estrada 174.

Essa estrada dará possibilidade de a produção da Zona Franca de Manaus ser competitiva, não aqui dentro, mas lá fora mesmo, como é a vocação natural da Zona Franca que exporte. E poderá exportar pelo Caribe.

Ali, lá em cima, em Roraima, nas terras de Roraima, que são terras férteis, haverá saída, tanto pela 174 quanto por uma outra obra, que já está feita. A 174 está em marcha. Arranjamos recursos da CAF – Corporação Andina de Fomento. Os governos do Amazonas e de Roraima participaram. Nenhuma obra, aqui, é paga só pelo Tesouro. O Governo induz, mas existe aí uma sinergia, também nessa matéria.

O que se vê, no eixo que vai lá do noroeste praticamente ao leste, desembocando no oceano Atlântico, é a hidrovia que já está em funcionamento, que liga o rio Madeira, sai de Porto Velho – eu fui lá e vi. Existe lá um terminal graneleiro, da iniciativa privada. O rio, hoje, vai ser – se já não é – navegável à noite, com ajuda do satélite.

Hoje, a produção que sai da Região Amazônica, que sai de Rondônia e do norte de Mato Grosso já tem uma redução significativa no custo do transporte, porque ela é levada por barcaças, financiada pelo BNDES. Sai de Porto Velho, desce o rio Madeira, para se encontrar, em Itacoatiara, no Amazonas, com outro terminal graneleiro, um outro porto. E eu vi embarques, já, em navios que vão mar alto afora, para levar a soja para a Europa, para os Estados Unidos, fazendo uma redução de 30% do custo do frete. Isso já está feito, não vai ser feito. Não custou nada. Custou o apoio da iniciativa privada, a boa vontade dos governos locais, um pouco de recurso federal e a energia do Ministério do Planejamento e da Presidência da República para que as coisas acontecessem. E as coisas aconteceram, já está feito.

Não é só em transportes. Isso aí vai permitir, também, a incorporação das terras de Roraima, a abertura, que o BNDES está providenciando, de novas frentes agrícolas, na região da Amazônia, sem destruir a mata, porque há baixios, à margem dos rios, que podem ser aproveitados. Valoriza-se essa região.

Mas não é só isso. Lá, na Amazônia, fui a Roraima para assinar um acordo com o Presidente da Venezuela – e está em marcha: a energia do Guri vai ser trazida da Venezuela para Boa Vista. E nós vamos energizar Roraima, sem fazer a destruição da natureza. Há uma proposta alternativa, que implicaria aproveitar um *canyon*: entraria água em terras indígenas – grandes problemas, sem o efeito equiparável ao de trazer a energia da Venezuela.

Lá, em Urucu, a Petrobras já está fazendo – não vai fazer: já está fazendo – o aproveitamento do gás. E esse gás será levado a Manaus e também à região de Rondônia. É a usina de Samuel, cuja última unidade eu vou inaugurar. Essa usina não é suficiente para atender à necessidade de Rondônia. Portanto, o gás de Urucu vai gerar energia para a Região Amazônica, para a parte mais ao sul do rio Amazonas, para Roraima e para Manaus.

E no Pará, onde as linhas de Tucuruí passavam sobre esse estado para terminar lá no Maranhão, sem beneficiar o Pará? Pois bem, hoje, o

linhão de Tucuruí está sendo feito de tal maneira que a energia elétrica vai beneficiar toda a Região Sul do Pará.

Ou seja, nós estamos na Amazônia fazendo o que compete ao Governo Federal: transporte, energia e comunicação, que são as áreas sensíveis para as modificações. Algumas obras são financiadas inteiramente pelo Governo Federal, como a energia hidroelétrica no Pará. Outras o são pela iniciativa privada. De qualquer maneira, nós temos, hoje, uma visão do que é feito na Amazônia. É um projeto em marcha, silenciosamente, em apenas dois anos de governo. Silenciosamente.

Como se está começando a entender do que se trata, vemos que isso não seria possível sem a estabilização, sem o Real, sem compostura no Governo, sem que existisse decência na administração pública para fazer licitações e não serem submetidas sempre ao crivo da corrupção. Aqui não há isso. Tudo isso é feito sem que haja, em nenhum jornal, suspeita disso ou daquilo a respeito de qualquer dessas obras, que estão implicando centenas de milhões de reais, às vezes, bilhões de reais.

Mas não é só na Amazônia. Se me permitem, também, nós temos uma preocupação muito forte na integração da região central do Brasil. E aqui se verá, pelo eixo Araguaia-Tocantins, pela ferrovia Norte-Sul e a ferrovia de Carajás, que é assim.

Do que se trata? Desde o século XVIII, nessa região aí, central, esse risco mais forte, que vai do Pará e do Maranhão, saindo daqui, do Centro-Oeste, desde o século XVIII se usava a navegação dos rios Araguaia e Tocantins. Foram esquecidos. Nós, agora, a retomamos. Temos alguns problemas, porque depende de um RIMA – e é preciso que dependa mesmo – de um Relatório sobre o Impacto no Meio Ambiente. E o Brasil, hoje, tem tantos cuidados com essa matéria, que o que se está discutindo é se o “derrocamento” em certas áreas do rio Tocantins ou Araguaia – não tenho certeza –, ao se tirar as pedras, ao se retirar essas pedras para o leito do rio, se elas terão efeito negativo sobre a reprodução dos peixes. É preciso esperar o RIMA. Demora um pouco mais, mas, ao se fazer a obra, não se destrói a natureza.

Pois bem, essa Araguaia-Tocantins vai permitir – e, em parte, já está permitindo – não só navegabilidade, como também, lá, no Amazonas, a

intermodalidade. E, num dado instante, nós vamos ligar o transporte fluvial com o transporte ferroviário. A ferrovia Norte-Sul, que estava parada, começou a andar de novo. Está andando de novo para ligar Imperatriz a Estreito. Quando ligar Imperatriz a Estreito, lá, no Maranhão, nós vamos poder utilizar o rio Araguaia e o rio Tocantins e levar a produção daqui, do Centro do Brasil, lá por cima, porque entra na ferrovia e sai por Itaqui, aproveitando a ferrovia que já existe, que leva ao porto de Itaqui.

Pois bem, isso é para mostrar que a integração está-se fazendo sempre com miras à redução do custo Brasil, fazendo com que o custo do transporte seja mais baixo e com que possamos ser mais competitivos mais adiante. Um trabalho de anos. Estamos há dois; faltam muitos outros mais. Mas nós estamos já com as linhas lançadas. E há programa, há projeto. Aqui, não há interferência desse ou daquele. Eu não quero saber quem se beneficia individualmente. Quero saber que o Brasil esteja se beneficiando. Não foi em função de pressão de A, de B ou de C, por mais legítima que seja. Foi em função da compreensão que nós, hoje, temos de que o País, é que conta e o País tem que andar no seu conjunto. E essas obras são fundamentais para que o País ande, no seu conjunto.

Mas não é só isso. Se olharmos um outro eixo, desses eixos fundamentais, no caso, aqui, o do Nordeste, nós vamos ver que no Nordeste também – pasmem! – a possibilidade de o rio São Francisco voltar a ser navegável custa não mais do que 15 milhões de reais. Hidrovia é barato. Pasmem, porque é esse o preço. E pasmem mais ainda: por que não se fez antes? Não se fez antes porque a grande desorganização nacional derivada da inflação não permitia projeto, nem continuidade em nada, nem o sentimento, que hoje nós temos, de que é preciso fazer e pode ser feito. Está sendo feito.

Vamos, de novo, fazer isso, quando nós vincularmos o rio São Francisco à Transnordestina. E agora aproveito para me referir ao fato de que nós fizemos a concessão das ferrovias todas. A última que falta fazer é no Nordeste. E, quando fizermos – e faremos neste mês – a licitação para a concessão no Nordeste, nós vamos, também, abrir a

possibilidade de completar-se a Transnordestina, no trecho de Salgueiro, ligando, portanto, mais facilmente, todo o transporte pelo rio São Francisco, através da Bahia, ligando com Pernambuco, para sair no porto de Suape.

Essa é uma obra que se torna um pouco mais custosa, custa 250 milhões de dólares esse trecho. Mas nós estamos providenciando com o BNDES os recursos, para que quem venha a licitar a malha de estradas de ferro do Nordeste se comprometa a terminar esse trecho. E os que são do Nordeste sabem que a Transnordestina permitiu uma integração muito grande do Nordeste e vai viabilizar o porto de Suape, que também está sendo feito.

Não mencionei portos. Mas, em matéria de portos nós estamos não só fazendo o Suape, mas, sempre com a iniciativa privada, o governo local e o Governo Federal, estamos fazendo o porto de Pecém, lá no Ceará, o porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, já em marcha avançada; a privatização do porto de Santos, grandes reformas no porto de Santos. E o que é mais importante: estamos conseguindo implementar a Lei dos Portos. E as autoridades portuárias estão começando a funcionar. E ninguém tenha dúvida: vão funcionar, porque o Brasil precisa. Vão funcionar. E vamos, progressivamente, privatizar os serviços portuários, porque isso é essencial para diminuir o custo Brasil.

É preciso estar no dia-a-dia para saber o que custa, certas vezes, tomar certas decisões. E estão sendo lenientes, muitas vezes, os que deviam tomá-las. E é preciso que o Governo Federal atue, no dia-a-dia, e sem fazer barulho, sem ir para as manchetes dos jornais, porque seria contraproducente. De qualquer maneira, vê-se por ai que tem mais esse eixo, que é um eixo de integração dessa região nordestina.

Mas há outros mais. Qual é o próximo? O Eixo Sudoeste. Bom, no caso do Eixo Sudoeste, simplificarei um pouco, porque é muita coisa para falar. O risco maior que está ali é a integração viária, a 364. É uma estrada fundamental. É uma estrada que vai levar a produção de Mato Grosso, embora depois aqui para o centro, mas vai para Rondônia, até o Acre. Permite ampliar muito a mobilização de recurso, para depois aproveitar melhor as hidrovias. A 364 está em marcha. Estamos recupe-

rando vários setores dela, avançaremos em outros setores. Isso já está equacionado. Leva tempo; o trabalho leva tempo.

Nós temos dois grandes programas viários. Um imediato, para, enfim, consertar o que está em estado lamentável. O outro – financiamento internacional: aí é mais complexo –, de restauração de estradas, para permitir também – e se passa em muitas estradas – a gestão dos governos estaduais. Os recursos demoram dois anos sendo negociados. Estão negociados, haverá o resultado em breve.

Mas não é só isso. Em toda essa região, no Centro-Oeste, nós temos outras preocupações. Tem a ferrovia, a Ferronorte. A Ferronorte, como sabem os senhores, também tem dificuldades no setor privado. No setor público, o que nos cabia e ao governo de São Paulo nós estamos fazendo, que é a ponte que vai permitir a ligação de São Paulo com o Mato Grosso. Eu espero, em poucos meses, estar lá para ver, diretamente, a possibilidade do transporte, tanto ferroviário quanto o transporte rodoviário por essa ponte.

Isso vai permitir, depois, integrar com a Fepasa, lá de São Paulo. A Fepasa liga o porto de Sepetiba ao porto de Santos, viabiliza, e com muito mais rapidez, o transporte de tudo que se produz nessa região central do Brasil.

Irei um pouco mais depressa, porque essa região de São Paulo é mais conhecida. Estamos terminando a bacia Paraná-Tietê. Em pouco tempo mais, também – ali é um problema mais complicado, para o futuro, na questão relativa à ligação com o rio Paraná, com eclusas mais complicadas –, a naveabilidade já está assegurada e se faz por intermodalidade. E se pode, depois, chegar ao rio Paraná e ir adiante, para o Sul.

No caso do porto de Santos, já mencionei aqui, está avançado. Há projetos de mais de um bilhão de reais de investimento no porto de Santos, na sua modernização. E os senhores todos acompanharam o que aconteceu com a Cosipa e a atitude do Governo Federal para assegurar que houvesse realmente um avanço, nessa matéria.

Pois bem, no Sul, também – não me irei estender, porque seria muito longo –, aí, nas zonas de fronteira, temos muitas atividades rodoviárias, muitas pontes ligando o Brasil à Argentina. E, brevemente, irei encon-

trar-me com o Presidente Menem numa ponte sobre o rio Uruguai, que vai de São Borja a São Tomé.

Eu disse, outro dia, e é verdade, que em todo lugar, no sul do Brasil e no Norte da Argentina, só se pedem pontes, onde antes não havia nem pontes nem estradas, porque se temia uma guerra. Agora, o que se deseja são pontes para haver congraçamento. Então, é uma mudança essencial da relação do Brasil com a Argentina.

Pois bem, aí também, na área Sul, à direita, o que está marcado lá – não é bem isso, mas, em todo caso, podia ser – temos o eixo viário, que vai de Belo Horizonte a Fernão Dias Paes, ou do Rio de Janeiro, via concessão da Via Dutra. A Fernão Dias Paes estamos duplicando. Nós estamos duplicando a BR-116, que se encontra com a Fernão Dias Paes em São Paulo e vai até o Paraná. Do Paraná até Santa Catarina já há uma duplicação. Estamos duplicando a 101, em Santa Catarina, e aceleradamente. Estamos licitando o caminho para chegarmos até Osório, no Rio Grande do Sul. Amanhã ou depois – no futuro – Jaguarão. E aí temos uma ligação viária de excelente qualidade, que, segundo me dizem, é a maior obra rodoviária em andamento no mundo. Então, existe, também aí, a preocupação com essas interligações.

Eu poderia me alongar imensamente. Poderia dizer que nós estamos fazendo, também nesse setor, no Espírito Santo, obras importantes. O porto de Vitória é um porto importante. O Espírito Santo é um estado muito bem equipado nessa matéria. Estamos fazendo a licitação do Unaí–Pirapora, de tal maneira que nós possamos ligar, mais uma vez, aqui, a região do Centro com a região do porto de Vitória. Tudo isso também implica barateamento. Nós estamos fazendo um anel, para permitir que essas regiões do oeste de Minas e norte de Goiás se interliguem com a 364.

Enfim, há um sem-número de ações. Não é que serão, no futuro, planejadas: estão em andamento, algumas em licitação, outras estão em marcha.

Na questão da energia, nós retomamos cerca de 70 unidades produtoras, hidroelétricas e termoelétricas, sempre em licitação com a iniciativa privada. Eu irei, no mês que vem – este mês – à Bolívia para assistir

aos acordos do gás. Aliás, não é mais acordo: é colocar a tubulação – já estão prontos os contratos – para fazer o gasoduto Brasil-Bolívia.

Fizemos a interconexão de energia elétrica com a Argentina. Estamos fazendo com o Uruguai. Há toda a interconexão do sistema nacional de energia elétrica em marcha, já.

Não preciso, creio eu, dar mais exemplos, para mostrar que o que eu disse há pouco não são palavras, mas é a realidade. O Brasil está mudando – e quem não percebe isso está passando à margem da História –, e está mudando graças ao trabalho convergente, de todos os brasileiros.

Falta muito. Algo nós fizemos. Nós fizemos, na questão do custo Brasil, nós retiramos o ICMS dos produtos primários e semi-elaborados, que são responsáveis por 40% da pauta de exportação. Nós retiramos o PIS/PASEP e o Cofins, nos insumos do processo produtivo de mercadorias exportadas, vendidas no mercado externo.

Nós regulamentamos o seguro de crédito à exportação. Nós mudamos o financiamento do Proex para exportação, nós reestruturamos o BNDES, para torná-lo um banco capaz de exportar. De modo que, hoje, podemos oferecer às empresas de primeira linha taxas de juros equivalentes à *prime rate* real de 5.8% ou 6%. Apesar de todas as dificuldades. É claro que isso não se generaliza, é só nas empresas de primeira linha.

Nós fizemos uma modificação importante no BNDES, para que ele atendesse ao setor de têxtil, ao setor de calçados, ao setor de-autopeças e participasse dessa realocação, que está havendo, no Brasil, em que muitos desses setores estão mudando de área. Portanto, nós precisávamos atacar isso mesmo.

Nós mexemos, também, no financiamento do Finamex, do BNDES, ampliamos o prazo lá. Nós reduzimos a zero o IOF de captação no mercado internacional para as empresas exportadoras. Ou seja, nós movemos a máquina do Governo, com todas as limitações existentes, com todas as incertezas existentes, na boa direção.

Também reduzimos o custo de investimentos diretos, reduzimos não totalmente nas telecomunicações, de onde nós já esperamos um *boom*, não só em função da Banda B e, no futuro, da Banda A, mas porque nós vamos produzir partes do equipamento no Brasil, sem o

que nós iríamos provocar, na verdade, um problema na balança comercial, no futuro. Então, nós tomamos as medidas necessárias para que houvesse a dinamização e para que se viabilizasse o investimento aqui, no Brasil, nesse setor.

Nós não nos esquecemos de reduzir o IPI – na verdade, a isenção – para aquisição de bens de capital, tanto nacionais quanto importados. Nós fizemos o Simples, que, na verdade, foi uma reforma importantíssima, do ponto de vista da pequena e da microempresa – na prática, é o Imposto Único para o Simples –, faltando um pouquinho de adesão dos setores no ICMS.

Nós diminuímos o Imposto de Renda da pessoa jurídica, de 25% para 15%. Nós diminuímos a contribuição sobre o lucro líquido, de 10% para 8%. Nós baixamos a TJLP, os juros a longo prazo.

No financiamento agrícola a modificação foi total. Na pequena propriedade, juros zero, porque a taxa de 6,5% é igual à taxa de inflação. No que diz respeito ao produtor, baixamos, este ano, para 9,5%.

Enfim, o Governo, dentro das limitações existentes – já me referi à questão portuária – está atuando no que pode e na boa direção. Falta velocidade.

Sobre o problema da velocidade – e aí, me perdoem, eu entro na última parte que queria lhes transmitir, porque tenho entusiasmo por essas coisas, aproveito as oportunidades para falar –, eu queria lhes transmitir que, efetivamente, agora chegou o momento em que ou se fazem certas reformas, ou eu não tenho mais recurso para avançar.

Tudo o que era possível fazer – “tudo” será exagero de quem está na luta –, ou muito do que era possível fazer, dentro das condições disponíveis, o Governo fez, se jogou, sem temer chiadeiras ou gritos sobre se isso era popular ou impopular. Popular seria o País a médio e longo prazo, não é fazer uma concessão aqui e outra ali, para agradar a um pequeno grupo e depois criar um problema mais adiante.

Então, essa é a minha concepção, sempre foi e vai continuar sendo. Com candidatura ou sem candidatura. Candidatura é detalhe. O que não é detalhe é o Brasil. E o nosso sentimento é nacional.

Continuarei fazendo tudo isso que estou fazendo, e muito mais. Podem dizer que é campanha à vontade. Tomara que seja uma campanha pelo Brasil, para um Brasil, realmente, digno dos brasileiros. Vamos a ela, com energia.

Agora, as reformas. Nós precisamos finalizar algumas reformas, essas já mencionadas aqui. Quero deixar bem claro que o pensamento do Governo, no que diz respeito à reforma administrativa, não tem nada a ver com a concepção antifuncionário público, nem com uma concepção antiestado.

Acabei de dar exemplos de que, sem a ação do governo não existe país moderno. País moderno não é país dominado pelo mercado. País moderno é dominado pelo público. Não é pelo Estado nem pelo mercado, é pelo público, que é uma coisa diferente. Implica tudo, implica sociedade.

Portanto, não nos move nenhuma determinação de perseguição, de desmonte do Estado, nada do que alguns opositores de pouca imaginação dizem.

E aí me provoca, às vezes, uma certa perplexidade quando se diz que nós estamos discutindo a questão para quebrar a estabilidade. O Presidente da Câmara está aqui. Já me viu dizer isso ontem. E ele sabe. Ele pensa como eu. Na verdade, o que está sendo discutido lá é algo tão óbvio que o Congresso não pode dizer “não”.

É o seguinte: são duas propostas sobre a questão da estabilidade. A primeira: se se demonstrar que um funcionário, embora estável, é incompetente, tem insuficiência de desempenho, o Governo tem, depois de ampla defesa, a possibilidade de afastá-lo. Invertam a questão: demonstrado que é incompetente, ele fica lá. Quem paga isso? É o povo. Como é possível votar a favor da incompetência? É preciso indagar com toda a clareza – e, aqui, há muitos parlamentares que sabem disso – ao Congresso: os senhores são contra ou a favor de defender o povo? Se são a favor de defender o povo, não podem querer que se mantenha em posição alguém que é incapaz de atender ao povo. Essa é a questão em jogo, lá. Não há outra.

E isso, por acaso, tem alguma vantagem fiscal para o Governo? Nenhuma. É uma questão de moralidade pública. Não é uma questão de

Tesouro, é de moralidade pública e eficiência. Mas o País precisa de um governo eficiente, para que possa caminhar.

E a outra questão sobre estabilidade não diz respeito ao Governo Federal. É a questão da observância da Lei Rita Camata; ou seja, há um dispositivo da Constituição que diz que os estados e municípios ou qualquer agente estatal não podem gastar com pessoal mais do que 60% dos impostos. Isso não atinge o Governo Federal, porque no Governo Federal o gasto com pessoal é muito abaixo desses 60%. Não obstante, aqui, na Esplanada, se mobilizam todos, sob o pretexto de que isso é uma medida fiscal do Governo Federal, quando não é.

Então, é um modo, primeiro, de atender a uma determinação constitucional; e, segundo, de permitir que os estados e os governos possam governar, porque, do jeito que está, não podem. Alagoas é um exemplo. E não podem porque existem abusos. E aí há uma outra questão, que é o teto. A quebra da possibilidade de estabilidade a que me referi diz respeito a esse ponto: o de que, quando não tenham mais outro meio, quando já tenham feito todas as outras medidas necessárias e continuem a ter uma folha de pessoal acima de 60%, e dentro de regras, aos estados seja possível afastar funcionários estáveis.

Isso não tem nada a ver com a União. É para restabelecer o equilíbrio financeiro de estados e municípios, responsabilidade de todos nós – dos governadores, dos prefeitos, da sociedade civil e do Presidente. E devemos estar juntos lutando lá no plenário para que isso passe.

Agora, o teto: qual foi o problema do teto? É que existe um teto, foi aprovado para a União. E havia proposta de um subteto, ou seja, que os governadores e os prefeitos pudessem limitar também, no seu nível, no seu âmbito, o salário máximo. Não é concebível que, numa prefeitura pobre, o teto seja igual ao teto da União. Não por nada: por falta de recurso. Bem, por um voto, caiu o subteto. Ou seja, o teto, tal como está hoje, na proposta, fixado lá, é o teto da União, que é igual ao salário de quem mais ganhar no Governo Federal, ou seja, em volta de 12 mil reais. É um teto elevadíssimo. Em alguns estados não é justo manter este teto. Há estados no Brasil, hoje, onde o gasto, sobretudo no Judiciário, no Legislativo, atinge mais de 20% da folha.

Como eu disse ontem no pronunciamento que fiz, há 4 mil e 800 funcionários dos vários níveis que recebem em média 21 mil reais por mês, enquanto a imensa maioria dos funcionários é mal paga, enquanto há professores que não recebem nem um salário mínimo. E nós precisávamos tomar uma decisão, que tomamos e o Congresso aprovou; e a partir do ano que vem, pelo menos uma média de 300 reais vai ser paga. Então, não dá para comparar 300 reais, que é o que se deseja para certas regiões do Brasil para o professor primário, com 21 mil reais. E 21 mil reais é média, porque há quem ganhe mais.

Ninguém é contra que se ganhe bem. Pelo contrário: pudéssemos nós todos dizer que vão subir todos os salários. Mas o Brasil hoje não suporta mais a disparidade. O problema é ético, além de fiscal. Há um problema fiscal e há um problema ético. Então, o subteto é simplesmente a faculdade de os governadores e prefeitos poderem definir, naturalmente com a aprovação das Assembléias, um teto inferior a esse.

Vou insistir nisso no Senado da República. Vou insistir porque não é aceitável que, a pretexto de direitos, se mantenham privilégios e abusos. Sou contra privilégios, contra abusos e a favor dos direitos. Perdoem-me estar aproveitando esta oportunidade para falar ao País sobre estas questões. Que o País inteiro entenda que, quando se fala de corporativismo, é coisa muito concreta, interesse de poucos, encastelados em *lobbies* que vão pressionar o Congresso, distorcendo as propostas e fazendo crer que o que o Governo quer é perseguir, quando o que o Governo quer é dar condição de poder amanhã aumentar salários para todos – e aumentar no direito a todos só não: desigualmente, porque muitas vezes as funções são desiguais e é preciso recompensar quem tem mais eficiência. O Brasil não pode mais se comportar como se tudo fosse igual, quando na verdade há os que trabalham mais, há os que trabalham menos; quem mais trabalha mais ganha, quem menos trabalha deve ganhar menos. Aqui está o inverso: muitas vezes quem menos trabalha ganha mais do que os que mais trabalham. Isso não é democrático, não é justo, não é sério.

Essas são as propostas na área da administração, na área da previdência. Já disse aqui o doutor Gerdau: o problema é que o nosso siste-

ma é manco. Ele é manco por que? Porque não é feito a partir da contribuição, não há relação entre quanto cada um contribui e quanto vai ganhar na aposentadoria. Se for funcionário público, é salário integral – não é integral, não: na média, em muitos setores, é 10% ou 20% acima de quem está na atividade. Só que, em certos setores, as pessoas se aposentam entre os quarenta e os cinqüenta anos, mais próximo dos cinqüenta anos. E como, por sorte, a esperança de vida aumenta – e a esperança de vida média brasileira deve ser 60 e poucos anos, ao nascer; mas, e isso é bom para todos nós, quem tem 40 ou 50, tem esperança de vida aumentada para 75 anos, 80 anos – e se aposenta aos 50 anos, durante 18 a 25 anos receberá sem contribuir.

Alguém vai pagar, e quem vai pagar são os mais pobres, que terão menos condições, porque a aposentadoria do trabalhador é vergonhosamente baixa. Quando se vê no INSS que são 16 milhões de aposentados, desses 16, 14 ficam entre um, dois e três salários mínimos; e são dois milhões os que têm o salário de até o máximo de 10 salários mínimos. Portanto, mesmo aí os que são do setor privado, mesmo não sendo o sistema contributivo, eles não tem essa distorção, esse privilégio.

Nós temos que criar um sistema contributivo crescentemente. E me apraz registrar que a Previ, do Banco do Brasil, fez uma negociação e está mudando de sistema já, para que no futuro haja um sistema contributivo, de contribuição definida, e não de direitos definidos, como é hoje, porque não são direitos, passam a ser privilégios, no que diz respeito ao setor público.

O Senador Beni Veras fez um trabalho admirável no Senado, e o apoio do Senador tem sido grande nessa matéria. Nós vamos lutar para que seja aprovado o relatório Beni Veras, porque há um ponto em que os aposentados têm razão. Qual é a razão? É que se espalhou – para que houvesse um bloqueio na reforma da previdência – a idéia de que nós não queríamos reajustar salário de aposentados. Isso seria injusto. No passado foi feito isso por causa da inflação, e o aposentado ficou arruinado. Ele tem medo de ficar arruinado de novo.

Nós temos que colocar uma garantia explícita de que o valor da aposentadoria será mantido, por algum critério que será definido pelo Con-

gresso. O que não pode é, em nome de manter o valor da aposentadoria, fazer o que se chama aqui, na linguagem do funcionalismo de Brasília, a “perseguidora”. A “perseguidora” é o seguinte: qualquer vantagem que se dê à quem está na ativa, mesmo que seja uma vantagem pelo mérito da pessoa que fez um curso, é transmitido a quem está aposentado. Isso não tem sentido. Tem todo sentido manter o valor da aposentadoria; não tem nenhum sentido bloquear a possibilidade de melhorar quem está em atividade em nome de que todas as vantagens devem passar para quem está em inatividade, quando sabidamente quem está em inatividade tem dispêndios menores do que quem está em atividade.

São coisas simples, de bom-senso e, sobretudo, coisas que não visam perseguir ninguém: visam garantir que no futuro possamos ter algum sistema de previdência, porque, como está, este ano nós temos um débito de 3 bilhões de reais na previdência, no INSS. Não digo nem no setor público, que todo é débito, quem paga é o Tesouro, porque não há contribuição. A contribuição é 10 ou 12% do valor global do que se paga em aposentadorias. É fácil ver. Isso é às custas do povo, é às custas de manietar o conjunto do País a um sistema atrasado.

Nós vamos lutar pela mudança. Mas a mudança mais importante que está também no relatório Beni Veras é que a criação desse fundo de ativos não é feita isoladamente da proposta: é feita juntamente com a criação de um novo sistema, de tal maneira que quem vier à ingressar no serviço público depois de apresentada a emenda passe para o regime contributivo; e, tanto num caso quanto noutro, os atuais ou os futuros, que haja um mínimo de tempo de trabalho percorrido e um limite de idade para que possa pedir a aposentadoria, para evitar as distorções de aposentadorias precoces, que levam à inviabilidade do sistema.

Nós estamos lutando para que o Brasil possa ter um sistema estável de aposentadoria, para que não só esta geração, mas as futuras, tenham condições de terem aposentadoria. Do jeito que as coisas estão, é só fazer os cálculos, não é para o meu governo. A gente sustenta isso, não estou lutando por nada para melhorar a situação de caixa do Governo: é pelo Brasil, é para dar garantias, para que este país tenha uma sociedade mais justa e tenha um horizonte.

Estes são alguns exemplos de qual é o problema, do que se trata. Às vezes, vejo nos jornais, nas gritarias e digo: Ah, meu Deus, de que país se trata?! Parece que nós estamos propondo coisas descabidas, quando nós estamos propondo o bom-senso, e com regras negociadas, tentando negociar, aqui e ali, para que as coisas avancem. Tenho muita confiança em que este mês, na convocação extraordinária do Congresso, que foi negociada com os líderes do Congresso, com os Presidentes da Câmara e do Senado, nós possamos avançar, avançar na direção do que eu disse aqui, se nós conseguirmos, eu espero que juntos.

Não basta comemoração: política se faz no dia-a-dia. Convém ver, no final da votação, o semblante dos nossos líderes, dos nossos Presidentes das Casas, e, às vezes, eu digo, do Presidente da República nem tanto. Convém ver o semblante de cansaço. É penoso. Não é um gesto de retórica, é uma luta cotidiana, e essa luta, como foi dito aqui, não pode ficar isolada entre os políticos, tem que ser uma luta cotidiana da sociedade, porque é um momento decisivo.

Eu confio, eu acho que nós vamos conseguir convencer o Congresso, agora, este mês, desses avanços feitos. Virão outros, inclusive da reforma tributária, que, é bom que se diga, precisa ser feita mesmo. Nós fizemos muita coisa infraconstitucional: na hora de fazer a reforma tributária, pelo amor de Deus!, não venham tirar mais dinheiro da União, não, em benefício de espalhá-lo pelo Brasil afora, que não tem como. A Constituição de 88 já fez uma mudança profunda, transferindo rendas para os estados e municípios. Mais um pouco e não teremos mais gás para respirar. E esse é o nosso temor. Nosso temor não é do IVA, não. Ao IVA sou favorável. É que, na hora de fazer o IVA, sabe Deus, aliás, Deus não sabe, se soubesse, não deixaria...

Agora, isso tudo que nós estamos falando aqui – perdoem-me pelo pedido demaisiado –, das reformas, é porque eu acredito no Brasil, eu acredito nesses mapas, que lhes mostrei, nessa imensa quantidade de ações que estão se desenvolvendo no Brasil, no setor privado, no setor público, no sindicato, é todo mundo. Eu acredito no Brasil, e não é possível que nós, que estamos prontos a alçar vôo, fiquemos a nos perder em debates sem sentido, em discussões mal postas e em covardi-

as disfarçadas. Não está na hora disso: está na hora de coragem, está na hora de afirmação, está na hora de ver que é agora!

Termino repetindo o que foi dito pelo Senador Fernando Bezerra, juntando o que eu disse ontem: eu acho que o futuro do Real é uma ação social mais enérgica, mais emprego, mais transformação. Não falei delas porque não era oportuno. Agora, estamos fazendo, também, não são só obras físicas, não: educação, etc. E o Real tem futuro, só que o futuro é agora! Muito obrigado.